



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Trabalho Profissional.

O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO/A (S) ASSISTENTES SOCIAIS EM TEMPOS DE CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

Angely Dias da Cunha¹
Jéfitha Kaliny dos Santos Silva²

Resumo: As particularidades colocadas para as profissões através das (re)configurações do mundo do trabalho têm requisitado um perfil profissional favorável à manutenção do sistema reprodutivo e ideológico do capital. Diante disso, o artigo em tela buscará refletir sobre o exercício profissional do/a(s) Assistentes Sociais em tempos de crise estrutural do capital, através de uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico, à luz da Teoria Social Crítica.

Palavras-chave: Serviço Social; Exercício Profissional; Práticas Conservadoras; Projeto Ético Político.

Abstract: The particularities placed for the profession through the (re) configuration of the world of work have required a professional profile favorable to the maintenance of the reproductive and ideological system of capital. Therefore, the article on the screen will seek to reflect on the professional practice of the Social Workers in times of structural crisis of capital, through a qualitative bibliographical research in the light of Critical Social Theory.

Key words: Social Work; Professional Exercise; Conservative Practices; Political Ethical Project.

1. INTRODUÇÃO

As (re)configurações do mundo do trabalho, oriundas da crise estrutural do capital, têm afetado a profissão em suas múltiplas dimensões e campos de intervenção, visto que nesse momento as transformações nos espaços sócio ocupacionais expressam as mudanças oriundas da chamada contrarreforma do Estado brasileiro, que altera o modelo de políticas sociais e repercute no exercício profissional, entendendo que o modelo de Estado, seja ele definido como liberal ou como neodesenvolvimentista, é sempre um Estado que, no limite, administra os interesses da burguesia.

¹ Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, E-mail: jeh_fitha@hotmail.com.

² Estudante de Pós-Graduação, Universidade Estadual da Paraíba, E-mail: jeh_fitha@hotmail.com.

Diante de tal lastro, Maranhão (2014) elucida que a estrutura atual do capitalismo, somada às características sincréticas do Serviço Social e a atual correlação de forças políticas entre as classes sociais, constitui um terreno fértil para uma reação conservadora na profissão, exigindo reflexões acerca da reafirmação dos pressupostos teóricos críticos-ontológicos da tradição marxista. Isto se apresenta haja vista que tais pressupostos são ferramentas heurísticas indispensáveis, tanto para analisar a realidade da sociedade burguesa contemporânea, como também para delimitar os limites e possibilidades do exercício profissional.

Nesse sentido Mota e Amaral(2014) enfatizam que as transformações societárias colocam como desafio para o Serviço Social o deciframento dos processos sociais em curso e das demandas e exigências postas para profissão, identificando suas expressões mediatas e imediatas com o objetivo de produzir conhecimento crítico sobre o real, cujas mediações presentes neste real (e não formal e abstratamente criadas) podem ser trabalhadas e utilizadas para instrumentalizar a direção “ideopolítica” da prática profissional.

Destarte, este artigo, que resulta de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, buscará refletir sobre o exercício profissional do/a(s) Assistentes Sociais em tempos de crise estrutural do capital, buscando apreender como as inflexões dessa crise têm favorecido o avanço das práticas conservadoras no interior da profissão e interferido na direção estratégica a qual o Projeto Ético Político se propõe.

2. O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL EM TEMPOS DE CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

Nos últimos trinta anos, segundo Alves (2012), vivencia-se uma época histórica de reestruturações capitalistas nas mais diversas instâncias da vida social, pois o sistema mundial do capital, como sistema social global, reestruturou-se numa dimensão inédita. O autor elucida que a nova reestruturação produtiva do capital impulsionou um complexo de inovações organizacionais, tecnológicas e

sociometabólicas nas grandes empresas e na sociedade em geral, sob a direção moral-intelectual do “espírito do taylorismo”³.

Portanto,

A crise estrutural do capital que emergiu em meados da década de 1970, inaugurou uma nova temporalidade histórica do desenvolvimento civilizatório, caracterizada por um conjunto de fenômenos sociais qualitativamente novos que compõe a fenomenologia do capitalismo global com seus “trinta anos perversos (1980-2010)” (ALVES,2012, p.1).

Nessa mesma direção, Meszaros (2011, p. 797), comenta que a crise estrutural do capital é global e cada vez mais grave, necessitando da adoção de remédios estruturais abrangentes, a fim de alcançar uma solução sustentável. Isso quer dizer que “uma crise estrutural afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada”. Logo, uma crise que não precariza apenas os salários, mas toda dimensão do trabalho.

Antunes (2010) observa que o processo de reestruturação produtiva desencadeou novos elementos conjunturais que (re)configuraram o mundo do trabalho. Isto posto, Bering (2011) realça que neste momento o trabalho passou a ser marcado ainda mais pelo acirramento da luta entre as classes fundamentais (capitalistas e proletariados); pela superexploração da força de trabalho, tendo em vista o desemprego estrutural; a redução dos direitos sociais; a reformulação e formulação das políticas sociais, a partir da perspectiva neoliberal, que diminui o Estado para a classe trabalhadora e flexibiliza os direitos sociais por meio de reformas de cunho contrarreformistas, trazendo intensas flexibilizações para o mercado de trabalho e, conseqüentemente, para a educação formal e o exercício das profissões.

Nessa perspectiva, Iamamoto (2012 b) destaca que a conjuntura atual é marcada por significativas mudanças no padrão de acumulação e regulação do capital, nos marcos da financeirização da economia e da radicalização neoliberal, traduzida no cotidiano da sociedade brasileira através da contrarreforma do Estado instaurada na década de 1990, com o plano diretor da reforma do Estado, que restringe a

³ Segundo Pinto (2007) o sistema de organização flexível toyotista gerou não apenas o aumento da produtividade, mas também possibilitou às empresas adquirir maior flexibilidade no uso de suas instalações e no consumo da força de trabalho, permitindo-as, portanto, elevar com rapidez até então inatingível sua disposição de atendimento à demanda sem ter de aumentar para isso o número de trabalhadores-ao contrário, o efetivo de trabalho tem sido reproduzido drasticamente.

responsabilidade do Estado e desenvolve novas formas de organização e gestão do trabalho nos organismos empregadores, pela via dos ajustes fiscais, com marcantes alterações nas maneiras como os diversos profissionais de serviços se articulam no interior de suas entidades.

Isso ocorre porque o capital precisa se reestruturar através das (re)configurações do mundo do trabalho, pois a crise que perpetua o modo de produção capitalista, desde os anos 70 não é cíclica, isto é, não afeta apenas os aspectos financeiros/monetários, mas todas as dimensões fundamentais desse modo de produção, colocando em questão sua viabilidade como sistema reprodutivo (MÉSZAROS, 2011).

Entre as formas que o capital utiliza para reestruturar-se através das (re)configurações do mundo do trabalho, está a requisição de um novo perfil profissional, que se adapte às constantes mudanças do mercado de trabalho, à precarização das condições de trabalho e que exerça a polivalência em seu ambiente de trabalho, ou seja, um perfil profissional que responda favoravelmente a todas as flexibilizações da economia e do mundo do trabalho, pela via do pragmatismo e da imediaticidade.

A requisição desse novo perfil profissional e o conjunto das demais transformações societárias engendradas na cena contemporânea brasileira colocam para o Serviço Social sérias inflexões para seus espaços sócio ocupacionais e para a efetivação do seu Projeto Ético Político, à medida que as (re)configurações do trabalhado foram realizadas a partir da pós-modernidade⁴ e do neopositivismo⁵.

Nesse sentido Guerra (2014) elucida que as novas formas de gestão e relações de trabalho estabelecidas no marco das (re)configurações do mundo do trabalho, a exemplo da autoresponsabilização pela empregabilidade (a medida que o mercado lhe coloca como responsável pela permanência do seu vínculo empregatício); da incorporação de novas funções, que se agregam às tradicionais

⁴ A pós-modernidade, segundo Harvey (1992) é um ideário que está relacionado com a emergência de modos mais flexíveis de acumulação capitalista, repercutindo significativamente na construção de explicações sobre a realidade e na definição de caminhos para a ação.

⁵Neopositivismo é a terceira fase do Positivismo. Segundo Hermany(2010) ele consiste na análise dos fatos sociais sob uma única unidade metodológica, donde observa-se apenas os aspectos empíricos dos fatos sociais. De acordo com a autora o neopositivismo tem varias matizes, entre as quais podemos destacar o positivismo lógico, o empirismo lógico, a filosofia analítica e o neobehaviorismo.

(tendências que tem sido chamada de multifuncionalidade); da diluição da formação especializada e equiparação das diversas profissões do social (tendência à desespecialização), da abstração da necessidade de formação profissional, dada à assunção de atividades simples (desprofissionalização); do desmonte dos direitos e suspensão da legislação trabalhista (desregulamentação); da intensificação do trabalho; da rotatividade; da exacerbação do individualismo e da competitividade, dentre outros, redimensionam as intervenções do/a(s) assistente social nas múltiplas expressões da questão social, incidindo diretamente nas demandas e respostas profissionais, na formação e na dimensão ético-política da profissão..

Nesse contexto, Guerra (2014) salienta que esses perfis profissionais decorrem de uma série de incompreensões acerca do mandato social da profissão, frente à conjuntura de ajustes neoliberais e avanço da crise estrutural do capital, pois muitas vezes a profissão ainda é compreendida como vocação, prática de ajuda e/ou militância, pautada em valores anticapitalistas, românticos e “humanistas-cristãos”. Apoiada num ceticismo, que supõe que as condições objetivas da realidade possam ser subsumidas ao “compromisso” e à boa vontade do/a profissional, prossegue a autora, desencadeiam-se posturas voluntaristas e messiânicas que, historicamente, têm levado à incorporação gradativa de funções genéricas, demandas inespecíficas, meras atividades que não cabem a nenhuma profissão.

Ainda para Guerra (2014, p. 47) ao mesmo tempo em que uma espécie de marxismo idealista toma conta da profissão e o PEP torna-se uma pauta de orientações de dever ser. Essa tendência se atualiza na perspectiva de um anti-neoliberalismo e uma visão possibilista que não avança na crítica das estruturas, ou seja, frente ao avanço dos ajustes neoliberais, faz-se o que é possível. “Nesse aspecto, a profissão atualiza-se na perspectiva voluntarista, de um lado, e militantista (seja da militância religiosa, seja da militância política), de outro”.

Enfim, para a autora supracitada, o eixo desencadeador desses perfis profissionais é a permanência de uma suposta neutralidade política no interior da profissão, a qual é compreendida como uma categoria homogênea, o que resulta na negação, tanto das diferenças quanto do diferente. Logo, observa-se uma abstração do fato de que a profissão é composta por sujeitos profissionais plurais, não conformando um amplo campo de consenso.

Nesse contexto, Netto (2016) chama atenção da categoria para as fortíssimas indicações de que, mesmo se dando por suposto que a hegemonia do Projeto Ético Político não se encontra em causa, atrofia-se o labor histórico-analítico que tem por objetivo o processo de constituição e, especialmente, do desenvolvimento recente do Serviço Social

Penso que essa atrofia não pode ser divorciada da emergência de vetores ideopolíticos e teóricos-metodológicos que, sobretudo indiretamente, põe em questão a substancialidade do projeto ético-político. Não tive provas, nos últimos anos, de nenhum questionamento direto significativo a esse projeto; o que tenho constatado é que a forma de pô-lo em causa não tem consistido em enfrentá-lo abertamente: consistem em proclamá-lo e em invocá-lo como se fora um projeto cujo pluralismo não tem fronteiras e que, portanto, comporta ilimitadas possibilidades de concretização teórica e prática. Ora, só a ingenuidade ou a mistificação podem conceber um “pluralismo” sem fronteiras, um tal “pluralismo” é de fato, um liberalismo sem limites e, até que se firme e se (com)prove o contrário, o pluralismo de que o projeto ético se nutre, sendo radicalmente democrático, nada tem de liberal. (NETTO, 2016, p. 65).

O autor realça, diante de tal análise, que no plano da elaboração acadêmica um vetor de efetiva erosão das bases do Projeto Ético Político começou a ganhar densidade, articulando-se num campo neoconservador vertentes de pensamento diversificadas, de modo que esse campo possui variadas expressões e se filtra à filiação superficial e vulgar a posições pós-modernas.

Segundo Wood (1999) o fio condutor dos princípios pós-modernos é a ênfase na natureza fragmentada do conhecimento humano, de modo que suas implicações políticas são claras: o ser humano é tão fluido e fragmentado e nossas identidades, tão variáveis, incertas e frágeis que não pode haver base para solidariedade e ação coletiva fundamentadas em uma identidade social comum (uma classe), em uma experiência comum, em interesses comuns.

Os pós-modernistas rejeitam o universalismo [...] alegando que ele nega a diversidade de experiências, culturas, valores e identidades humanas. Porém essa rejeição do universalismo em nome do pluralismo libertador é contraditória e auto-anuladora. Um respeito sadio pela diferença e a diversidade, e pela pluralidade das lutas contra os vários tipos de opressão, não nos obriga a descartar todos os valores universalistas aos quais o marxismo, em sua melhor expressão, sempre esteve ligado, ou a abandonar a ideia de uma emancipação humana universal. Ao contrário, até mesmo as formas mais moderadas de “pluralismo” têm se mostrado insustentáveis sem o apelo a certos valores universalistas, tal como o princípio liberal da “tolerância. O pluralismo radical adotado pelo pós-modernistas-

baseado nega quaisquer interesses fundamentais comuns ou até mesmo a possibilidade de acesso recíproco e compreensão mútua entre identidades diferentes. (WOOD, 1999, p.18)

Desta feita, Netto (2016) elucida que as problemáticas decorrentes do plano da elaboração acadêmica têm repercutido no exercício profissional do/a (s) Assistentes Sociais através de projetos das mais variadas procedências e com objetivos e metodologias mais díspares, como se tudo o que se faz no domínio da intervenção, isto é, da prática profissional, se apresentasse parametrado pelo Projeto Ético Político, constituindo-se, segundo o autor, em um quadro de “consensualidade” que deveria despertar dúvidas e várias interpelações.

Nesse sentido, Mota e Amaral (2014) realçam que o conservadorismo que marca o caldo da cultura profissional do Serviço Social no século XXI não se explicita como negação da orientação e dos fundamentos marxianos, mas pelo marxismo funcionalista, pelo método da escolha racional, pelo pensamento pós-modernos e, como ressalta Maranhão (2014), por um novo sincretismo, provocando uma consequência fulcral no projeto de formação crítico-profissional e, conseqüentemente, no exercício profissional, posto que esses elementos metodológicos e ideopolíticos apartam a crítica da economia política do método e da teoria da revolução, criando um marxismo sem sujeito revolucionário e uma realidade sem história.

3. CONSIDERAÇÕES APROXIMATIVAS

Diante do exposto no artigo em tela, observa-se que o atual cenário do Serviço Social Brasileiro possui múltiplas tendências conservadoras no interior da profissão, que inviabilizam a materialização e o fortalecimento do Projeto Ético Político que a profissão vem construindo e tendo como horizonte, desde o final dos anos 70, e que se vincula ao projeto societário antagônico ao do capital.

Entretanto mesmo com o acúmulo da profissão, amadurecimento e resistências diante do aguçamento das contradições internas do sistema capitalista que conformam

sua crise sistêmica, que tem (re)configurado o mundo do trabalho, requisitando das profissões um redimensionamento do direcionamento dado às demandas e respostas profissionais, juntamente com a presença do pensamento pós-moderno na formação acadêmica do Serviço Social, tal lastro tem ocasionado o avanço das tendências conservadoras da profissão no cotidiano profissional do/a (s) Assistentes Sociais.

Destarte, Mota e Amaral (2014) realçam que a magnitude dos desafios postos pela atual conjuntura repõe no plano político-profissional a relação entre o movimento da sociedade, a dinâmica intelectual da profissão e os requerimentos prático-profissionais, produzindo inflexões significativas na trajetória do Serviço Social, dentre elas, uma nova ofensiva conservadora que, através do pensamento pós-moderno, do pragmatismo e do ecletismo, insiste em reduzir o Projeto Profissional a sua viabilidade prática, tecnicificando-o e imprimindo uma racionalidade e instrumentalidade negadora dos seus princípios e propósitos.

Portanto, é preciso cada vez mais estarmos fortalecendo as entidades representativas da profissão, para que cada uma dentro das suas competências, possibilidades e resistência possa estar fiscalizando, orientando e formando Assistentes Sociais e pesquisadores/as concatenados com a direção estratégica do Projeto Ético Político.

4. REFERÊNCIAS

ALVES, Geovane. **A crise estrutural do capital e sua fenomenologia histórica**. Disponível <<https://blogdaboitempo.com.br/2012/09/21/a-crise-estrutural-do-capital-e-sua-fenomenologia-historica/>> Acesso em 05 de junho de 2018.

ANTUNES, Ricardo. Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo, SILVA, M. A. M (Orgs). **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p.15-24.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social: fundamentos e história**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GUERRA, Yolanda. **Transformações societárias e Serviço Social: repercussões na cultura profissional**. In: MOTA. A. E., AMARAL.A (org),

Serviço Social Brasileiro nos anos 2000: cenários, peijas e desafios. Recife: Editora UFPE, 2014,p. 45-62.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Trad. Adail Ubirajara Sobral; Maria Stella Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1992.

HERMANY, Mariane Inês. **Positivismo, Fenomenologia e Marxismo**. Disponível<<http://plaggiado.blogspot.com.br/2010/08/positivismo-fenomenologia-e-marxismo.html>> acesso em 01 de julho de 2018.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica,34 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARANHÃO, César. Uma peleja teórica e histórica:Serviço Social, sincretismo e conservadorismo. In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela. (Orgs). **Serviço Social Brasileiro nos anos 2000**: cenários, peijas e desafios. Recife: Editora UFPE, 2014, p. 63- 123.

MÉSZÁROS, István, 1930. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela. Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000. In: MOTTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela (Orgs). **Serviço Social Brasileiro nos anos 2000**: cenários, peijas e desafios. RECIFE: Editora UFPE, 2014,p. 11-43.

NETTO, José Paulo. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. IN: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. (Org). **Serviço Social no Brasil**: histórias e resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20**: taylorismo, fordismo e toyotismo. Expressão Popular: São Paulo, 2007.

WOOD, Ellen Meiksings; FOSTER, John Bellamy. **Em defesa da história**: Marxismo e pós-mordenismo. Ed. Jorge Zagar: Rio de Janeiro, 1999.